

SETTING PSICANALÍTICO VIRTUAL, DES-CONSTRUÇÃO DOS MUROS E DEMOCRATIZAÇÃO DA PSICANÁLISE: *ALGUMAS CONSIDERAÇÕES*

Vanuza Monteiro Campos POSTIGO¹

Regina Glória Nunes ANDRADE²

Resumo

Em nossa comunicação exploramos o nascimento de um setting psicanalítico virtual, rastreando como a clínica psicanalítica acelerou o processo de ocupação da cibercultura. A COVID-19, com sua exigência de isolamento social, suscitou que os psicanalistas acelerassem a adesão ao ciberespaço. Se até então os psicanalistas utilizavam pontual e excepcionalmente o setting virtual, a partir da pandemia de 2020 o movimento psicanalítico aderiu maciçamente a esta modalidade de atendimento remoto, instalando um novo espaço de atuação e de transmissão da psicanálise. O movimento psicanalítico já vinha avançando nos extramuros e ampliando seus espaços de atuação, mas na ágora digital a psicanálise se expandiu com a des-construção dos muros, favorecendo aos psicanalistas e aos psicanalisandos o acesso e a democratização da psicanálise. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e revisão da literatura psicanalítica disponível em livros e artigos de revistas.

Palavras-chave: Psicanálise; Clínica virtual, Setting; Cibercultura; Construção-des-construção.

1

VIRTUAL PSYCHOANALYTIC SETTING, DECONSTRUCTION OF WALLS AND DEMOCRATIZATION OF PSYCHOANALYSIS: *SOME CONSIDERATIONS*

Abstract

In the present paper, we explore the emergence of a virtual psychoanalytic scenario, tracing back the way psychoanalytic clinic has accelerated the process of occupying cyberspace. The COVID-19, with its requirement for social isolation, prompted psychoanalysts to accelerate their embrace of cyberspace. Until then, psychoanalysts had used the virtual setting occasionally and exceptionally, but since then the psychoanalytic movement has massively embraced this modality of remote care, establishing a new space for psychoanalysis to operate and transmit. The psychoanalytic movement has been advancing outside the walls and expanding its field, but in the digital agora, psychoanalysis has expanded even more with the fall down of barriers, facilitating access to it to both practitioners and patient and making it more democratic. The methodology adopted was bibliographic research and review of psychoanalytic literature available in books and journal articles.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: vanuza.postigo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1785-0813>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: reginagna@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4982-0133>

Keywords: *Psychoanalysis; Virtual clinic; Setting; Cyberculture; Construction-deconstruction.*

SETTING PSICOANALÍTICO VIRTUAL, DECONSTRUCCIÓN DE MUROS Y DEMOCRATIZACIÓN DEL PSICOANÁLISIS: ALGUNAS CONSIDERACIONES

Resumen

En nuestra comunicación exploramos el nacimiento de un setting psicoanalítico virtual, rastreando cómo la clínica psicoanalítica ha acelerado el proceso de ocupación de la cibercultura. La COVID-19, con su demanda de aislamiento social, ha llevado a los psicoanalistas a acelerar la adopción del ciberespacio. Si hasta entonces los psicoanalistas utilizaban ocasional y excepcionalmente el setting virtual, a partir de la pandemia de 2020 el movimiento psicoanalítico se adhirió masivamente a esta modalidad de atención remota, instalando un nuevo espacio de acción y transmisión del psicoanálisis. El movimiento psicoanalítico ya avanzaba extramuros y ampliaba sus espacios de acción, pero en el ágora digital el psicoanálisis se expandió con la deconstrucción de los muros, favoreciendo a psicoanalistas y psicoanalistas con el acceso y la democratización del psicoanálisis. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica y la revisión de la literatura psicoanalítica disponible en libros y artículos de revistas.

Palabras-clave: *Psicoanálisis; Clínica virtual; Setting; Cibercultura; Construcción-deconstrucción.*

2

INTRODUÇÃO

A invenção da internet e a popularização da tecnologia se desenvolveram exponencialmente nas últimas décadas, ensejando a criação e a ocupação de um novo espaço: o território virtual. Esse processo já se desenrolava em franca progressão, porém a pandemia da crise sanitária mundial da COVID-19, no ano de 2020, e a exigência de isolamento físico aceleraram esse processo. A exigência de quarentena, por parte da Organização Mundial de Saúde – para evitar a disseminação do vírus letal –, remeteu a sociedade, de forma compulsória, às práticas sociais e profissionais mediadas pelas redes sociais de comunicação e informação e a uma sociabilidade conectada.

A inevitável adesão à sociabilidade no território digital transformou inexoravelmente nossa cultura e as práticas sociodigitais no ciberespço – ciberespço compreendido como espaço virtual composto por um aparato tecnológico de conexão (computador, smartfone, tablet) e um usuário da World Wide Web (www) conectados na rede mundial. O termo ciberespço foi concebido pelo escritor canadense William Gibson, no livro *Neuromancer* (1984), romance visionário que explorava a temática da tecnologia e antevia problematizações sobre os videogames e a intervigilância décadas antes da criação da internet. Em seus escritos sobre ficção científica, Gibson introduziu expressões que se

tornaram populares e coloquiais como “ciberespaço”, “realidade virtual”, entre outras, e tornou-se referência na criação de novos vocabulários ligados à cibercultura.

No campo da pesquisa do ciberespaço, o filósofo e sociólogo Pierre Lévy, estudioso da cibercultura, foi um dos pioneiros na significação deste novo território: “Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 92).

O ciberespaço configura-se como mais um espaço público que se estabeleceu nas últimas décadas, espaço esse já antevisto pelo sociólogo Manuel Castells (1999), estudioso profícuo que acompanhou a gênese da Web, que afirmou, ainda, que as transformações sociais oriundas do advento da internet configurariam uma revolução equivalente às Revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX. De fato, a Revolução Digital ou Tecnológica, que está em andamento, suscitou a criação de novos paradigmas, modelou relações sociais diversas e reconfigurou as relações sociais contemporâneas com a lógica da rede e seus fluxos, explanando radicais mudanças técnicas e sociais (Sevcenko, 2004).

A cultura da interação social digital se expandiu na era do compartilhamento e da conexão via redes de acesso à internet sem fio e facilitada pela popularização de tecnologias nômades, como os telefones celulares e tablets, fomentando que:

A cibercultura solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloca até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada. . . . em pleno século XXI . . . o que está em marcha é a fase da computação ubíqua, pervasiva e senciente, insistindo na mobilidade.(Lemos, 2005, p. 2).

3

Esta mobilidade e fluxos constituem o território da cibercultura e as redes sociais digitais que, em meio aos inúmeros processos interativos e participativos, atravessam a construção das subjetividades e sociabilidades contemporâneas e redesenham modos de ser, viver e interagir socialmente (Lévy, 1999), pois na cibercultura as novas tecnologias funcionam como ferramentas de compartilhamento na vida em rede.

É no cenário da cibercultura que se opera a virtualização das redes sociais que, até então, se desenrolavam principalmente no presencial, ampliando domínios e territórios. Enquanto alguns autores defendem que a globalização digital promoveria a queda de fronteiras que demarcariam territórios, outros afirmam que estaríamos criando novos territórios, conforme argumenta o pesquisador André Lemos:

Na atual fase da mobilidade e das redes sem fio, estamos imersos no que alguns autores identificam como uma nova relação com o tempo, com o espaço e com os diversos territórios. . . . Aqui entram em jogo crises de fronteiras: do sujeito, da identidade, do espaço geográfico, da cultura, da política, da economia. A sensação, na globalização atual,

é de perdas de fronteiras, de desterritorialização, mas também de novas territorializações (Lemos, 2010, p. 157).

Entendemos que esse paradoxo se sustenta, visto que o espaço cibernético se tornou a expansão da sociedade e se constitui como a nova esfera pública, esfera essa na qual se exerce democraticamente a cidadania. O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas formulou extensa obra dedicada à democracia, à política deliberativa e à esfera pública, debruçando-se sobre a burguesia e seu surgimento entre os séculos XVIII e XIX.

Embora Habermas tenha desenvolvido seus estudos antes do advento da revolução digital, destacamos como a revisão feita pelo próprio autor sobre a questão da esfera pública, e pelos pensadores contemporâneos, justifica que tomemos sua obra para explorar a ideia dos territórios digitais como espaços da esfera pública. A conceituação sobre o “público” que Habermas alcança é ampla e didática, relativa àquilo que é público e do interesse de todos. Conforme seus comentadores:

... a esfera pública em Habermas constitui-se no espaço independente da influência do poder do Estado, em que os atores sociais tornam públicas, ou melhor, publicizam suas opiniões, seus pontos de vista sobre questões de interesse da sociedade, promovendo o debate e deliberações coletivas em prol de um bem comum (Lopez & Quadros, 2015, p. 94).

4

O pesquisador mexicano Raúl Trejo Delarbre menciona que Habermas, em discurso realizado em 2006, faz alusão à internet na articulação com sua teorização, legitimando a compreensão que o ciberespaço é parte da sociedade e parte do espaço público:

O perfil da Internet como área necessária do espaço público é advertido em pelo menos três grandes temas: sua função como intermediária entre o poder político e os cidadãos, o desenvolvimento de áreas virtuais que reproduzem e criam novas formas de socialização e os recursos oferecidos para que as pessoas se apropriem dos mais variados conteúdos, para que suas próprias criações sejam difundidas. (Delarbre, 2009, p. 83).

Este espaço social, espaço público, território da cibercultura, revela a vida construída e mediada pelas redes sociais digitais, em meio aos inúmeros processos interativos e participativos. Um território único, novo e digital que estamos aqui percorrendo como a nova esfera pública na qual se desenvolve o nascimento de uma clínica psicanalítica virtual, conforme exploramos anteriormente (Postigo & Andrade, 2024). E vamos aqui explorar como esta clínica on-line amplia e difunde democraticamente seu alcance na cultura.

Em nossa argumentação, sustentaremos que esse novo setting psicanalítico foi efetivamente ocupado a partir do ano de 2020, com a eclosão da pandemia da COVID-19 e

sua exigência de isolamento sanitário, e, conseqüentemente, des-construindo o setting tradicional. Entretanto, constituiu-se hoje como uma modalidade que se instalou irreversivelmente na clínica psicanalítica e transformou o seu campo. Se a adesão à Web e seus serviços de informação/entretenimento/consumo já avançaram em franco desenvolvimento, a partir do isolamento social, as reticências e preconceitos que existiam sobre algumas práticas foram sendo superadas por algo da ordem da necessidade. Os exemplos são vários, como o consumo de arte, compras em sites virtuais, estudo à distância e serviços on-line — entre eles telemedicina ou análise remota — esta “vida.com” (Postigo, 2015) apresenta uma sociabilidade hiperconectada que vinha gradativamente se imiscuindo no cotidiano da cultura pós-revolução digital.

Sua difusão exponencial, a partir de 2020, estabeleceu espaços no território da cibercultura de forma definitiva, deixando como herança novos paradigmas, mesmo após o término do isolamento social, decretado no Brasil em 2022, com a declaração oficial do fim da pandemia.

Exploraremos esse fenômeno na clínica on-line antes de avançarmos para a discussão da modalidade de atendimento remoto e da ampliação do setting psicanalítico e a consequente democratização do acesso e da prática psicanalítica.

Mas, antes disso, vale situarmos a riqueza e originalidade do pensamento psicanalítico, destacando suas origens e, principalmente, a figura central de Freud e como seu olhar amplo e inclusivo é uma característica fundamental para mantermos o frescor e atualidade da teoria e da técnica psicanalítica e as possibilidades de construções e des-construções na psicanálise.

5

ORIGENS DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FREUD E SUA PROPOSTA ORIGINAL

Freud foi criando e desenvolvendo a psicanálise ao longo de décadas e não cessou de apontar não somente a sua incompletude, como também sua abertura para a mudança e o diálogo enriquecedor tanto com a cultura quanto com disciplinas afins. Afirmava, inclusive, como o progresso da psicanálise sempre se apresentou como inquestionável (Freud, 1918-1919/1987, 1924-1925/1987), progresso esse que sustentava que deveria evoluir sempre em consonância com o rigor e a ética preconizados desde o início de sua teorização clínica, cuidado que começou a formular e sistematizar com rigor nos encontros com seus discípulos nos primórdios da psicanálise.

A marca da abertura e a recusa de reduzir a psicanálise a uma visão de mundo foi sustentada permanentemente por Freud ao longo de sua vida, ainda que sempre tenha se ocupado em construir e sistematizar os fundamentos da psicanálise com rigor ético e teórico. E isso se traduz desde a formação plural dos primeiros grupos que formou.

Nas origens do movimento psicanalítico, em 1902, Freud convidou Wilhelm Stekel, Alfred Adler, Max Kahane e Rudolph Reitler para formar o grupo chamado Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras, que em 1908 somava 14 membros e passou a se denominar Sociedade Psicanalítica de Viena, contando com Sandor Ferenczi, Max Eitingon, Carl Jung, Karl Abraham, Paul Federn, Max Graf, Ernest Jones, entre outros. A fundação da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), no II Congresso Internacional de Psicanálise (1910) — instituição que almejava uma psicanálise sustentada nos cânones recomendados por Freud —, veio no lastro dessas instituições pregressas.

A sugestão da criação da IPA foi de Sandor Ferenczi (Freud, 1924-1925/1987) que não somente idealizou a instituição, como também foi partícipe ativo na insistente defesa da importância da análise leiga, bem como na exigência da análise do próprio analista. A IPA se tornou um órgão normatizador a partir de 1925, data que foi criado o Comitê Internacional de Formação com o objetivo de garantir uma uniformidade mundial da prática analítica (Kuperman, 2002) e quando se introduziu a obrigatoriedade da análise didática e da supervisão (Mallmann, 2014).

Essas breves pontuações visam a sublinhar as complexidades e sutilezas nos movimentos psicanalíticos e a atenção de Freud a temas cruciais, como a alteridade e a preservação de uma diversidade no campo, concomitante às exigências dos primórdios da IPA. Alguns autores apontam como a escolha de um presidente estrangeiro e não judeu, como Jung, foi crucial para essa marcação freudiana (Mallmann, 2014). Mas aqui, por ora, nos interessa, principalmente, destacar o cuidado com a transmissão da psicanálise a partir de um modelo diversificado e plural, idealizado por Freud e mantido, inicialmente, pela IPA, bem como o paralelo cuidado de Freud com a abertura para o novo e diferente.

Sabemos que, posteriormente à morte de Freud e com a reivindicação de Ernest Jones como herdeiro e responsável pelo legado psicanalítico, a IPA foi assumindo uma característica rígida e mais distante daquela idealizada por Freud, com Jones ocupando posição política-institucional central na IPA. Além de padronização de uma psicanálise com orientação teórico-clínica enrijecida e engessada, Jones ainda renegou a cabal importância dos textos sociais e culturais escritos por Freud ao longo de décadas, afirmando que “tais escritos não teriam qualquer importância efetiva no campo teórico da psicanálise, assim como não introduziriam qualquer inovação na teoria psicanalítica” (Birman, 2024, p. 27). Esta deliberada exclusão da dimensão político-social inerente ao sujeito e, consequentemente, à psicanálise reverbera até nossos dias e vem sendo objeto de revisão e questionamento do movimento psicanalítico nos últimos anos.

No âmbito nacional tivemos um braço da IPA bastante conservador que promoveu um distanciamento da gravíssima realidade sociopolítica no Brasil, já problematizado há décadas por psicanalistas, como Hélio Pelegrino, Anna Katrin Kemper (Füchtner, 2011) e Helena Viana (Viana, 1994). Uma psicanálise engessada por orientações da IPA, e seguida de forma autoritária por suas instituições representantes no Brasil (Oliveira, 2017; Postigo,

2022a), vem sendo, há algumas décadas, objeto de debates e revisão dentro e fora das instituições psicanalíticas.

Vale pontuar que o Brasil tem um histórico de ditaduras – o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1946) e a ditadura militar (1964–1985) – e uma origem escravagista e colonialista. A nossa democracia ainda é jovem, pois a anistia data de 1979 e a constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 1988. São múltiplos os fatores sociopolíticos, históricos e econômicos que atravessam a democracia e que influenciaram os processos de democratização no Brasil, mas queríamos pontuar aqui como a alienação ao contexto político social atravessou também o campo psicanalítico.

Hodiernamente, a psicanálise no Brasil se abre para discussões diversas — com estudos sobre decolonianismo, racialidade e gênero — que contemplam uma dimensão sócio-histórica que situa inexoravelmente os psicanalistas em um contexto político e social, dando espaço a um campo plural de psicanalistas engajados em um determinado tempo histórico e a uma determinada geografia, trazendo para a escuta do inconsciente a singularidade do atravessamento do contexto social e da geopolítica em cada sujeito. O resgate do atravessamento do contexto sócio-histórico na clínica é fundamental para nosso debate, pois essa sempre foi a visão freudiana.

A Primeira Guerra Mundial — assim como a crise da pandemia da COVID-19 — foi determinante para a valorização da contribuição da psicanálise e politicamente esse foi um momento no qual o movimento psicanalítico ganhou importância e espaço na sociedade, conforme afirma José Brunner (2023). A inclusão do Estado na discussão sobre a saúde mental no contexto de guerra foi uma das inovações trazidas nesse congresso e Brunner menciona a presença do prefeito de Budapeste no V Congresso de Psicanálise, destacando como o evento de 1918 teve financiamento e participação dos oficiais do Exército militar da Alemanha e da Áustria-Hungria. O autor ainda explica que, a partir da decisiva participação dos psicanalistas no tratamento psicológico dos combatentes de guerra, a psicanálise ganhou reconhecimento dos governos alemão e austro-húngaro, fomentando, para Freud, nessas alianças, aliados em defesa da expansão e alcance da psicanálise para todos os públicos, bem como subsídios do Estado nesse tratamento.

O contexto da guerra exigiu revisões no movimento psicanalítico e, como mencionamos, encontramos no próprio Freud o anúncio sobre as futuras expansões e explorações da teoria e da técnica psicanalítica, em seu texto *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1918-1919/1987), no qual indica, claramente, o trabalho de vencer as resistências a esse processo, mas destacando que:

No entanto, qualquer que seja a forma que essa psicoterapia para o povo possa assumir, quaisquer que sejam os elementos dos quais se componha, os seus ingredientes mais efetivos e mais importantes continuarão a ser, certamente, aqueles tomados à psicanálise estrita e não tendenciosa (Freud, 1918-1919/1987, p. 211).

Ou seja, Freud está aqui apontando para a abertura a novos elementos e, simultaneamente, reafirmando que a psicanálise estrita — seus cânones — deve ser também contemplada. E estamos aqui sustentando que a eclosão da pandemia da COVID-19 mobilizou transformações e debates profundos na psicanálise, a exemplo da Primeira Guerra Mundial, trazendo para cena, desta vez, mais uma temática a ser revisada: a clínica remota e a necessidade de uma clínica ampliada para além dos muros do setting físico e reproduzindo o dispositivo no território virtual.

Vale pontuar que entendemos que a discussão binária acerca da primazia do atendimento clínico psicanalítico presencial sobre o atendimento remoto vem se tornando anacrônica e fugiria ao escopo de nosso recorte. Pensamos que essa dicotomia simplista sobre se a clínica psicanalítica remota seria ou não psicanálise já prescreveu pós pandemia: inclusive o campo psicanalítico já assimilou a herança da adoção de um modelo híbrido em que presencial e virtual coexistem, se mesclam, se alternam.

Além disso, existe farta pesquisa que sustenta que o enquadre psicanalítico, seus princípios, suas regras e fundamentos são resguardados conforme o canônico e instituído enquadre, afinal uma análise é sustentada por uma escuta atenta de um psicanalista conectado as suas circunstâncias sócio-históricas e que tenha passado pelo processo de análise de forma a introjetar esse enquadre. Foi esse o desafio enfrentado pelos psicanalistas no que concerne a “linhas de progresso”, a partir de um confinamento físico exigido pela pandemia da COVID-19 e que os convidou a uma escolha de progresso em uma outra modalidade de exercício da psicanálise: em linha, on-line.

8

Linhas de progresso em terapia e o campo para o nascimento da clínica psicanalítica virtual

A psicanálise tradicionalmente se constituiu como uma prática presencial realizada no encontro físico do par analítico, analista-analisando, embora, pontual e excepcionalmente, algumas análises tenham sido conduzidas de forma remota através de cartas, telefonemas ou, mais recentemente, por vídeo chamada. Isso desde Freud, pois sabemos pelo próprio (Freud, 1909/1987) que o caso do Pequeno Hans foi conduzido majoritariamente pela correspondência entre Freud e seu “supervisando” Max Graf, o pai de Hans/Herbert.

Foi a crise sanitária mundial da COVID-19, em 2020, e sua exigência sanitária de isolamento, que convocou os psicanalistas a um urgente retorno à teoria e à técnica psicanalíticas, explorando possibilidades, limitações e vicissitudes de uma clínica e transmissão no setting virtual. Freud já desbravara novos caminhos há décadas e preconizara linhas de progresso na terapia analítica por ocasião do V Congresso de Budapeste (1918), ocasião na qual estava não somente disposto a debater a teoria e a técnica psicanalíticas, mas também a escuta do social pós-guerra, visto que na ocasião:

Freud (1918) propõe uma revisão dos procedimentos terapêuticos adotados pelos psicanalistas até ali, e aponta que, para além do foco na divulgação do saber psicanalítico, os psicanalistas se deveriam engajar na reconstrução de uma civilização devastada e marcada pela catástrofe (Nunes, 2020, p. 53).

Foi nesse congresso que Freud defendeu a criação de centros psicanalíticos de atendimento público e gratuito e sugeriu que para sujeitos em situação de desamparo social a técnica poderia comportar manejos técnicos específicos, eventualmente com o psicanalista aplicando um cunho pedagógico no processo terapêutico. Mas, como destaca Marino, sempre alerta em cumprir as determinações éticas inerentes à condução do processo, pois:

Em seus termos, “adaptar” a técnica “às novas condições” implicaria na possibilidade de simplificar e tornar inteligíveis as teorias, levar em conta a possibilidade da resistência de pacientes para quem a doença pode servir à obtenção de ajudas sociais (como ganho secundário) e a necessidade de combinar o tratamento com auxílios materiais (Marino, 2020, p. 5).

Freud investigou os efeitos da catástrofe da Primeira Guerra Mundial sobre a subjetividade e sobre a clínica psicanalítica, e, da mesma maneira, a catástrofe da crise sanitária de 2020 desafiou os psicanalistas contemporâneos a assimilarem as transformações exigidas para a sustentação de um setting psicanalítico em um cenário igualmente avassalador. Na ocasião da eclosão da epidemia, em que não se vislumbrava o fim do risco de morte pelo contágio do vírus letal da covid-19 e muito menos o fim do isolamento social, fomos então convocados a seguir essas linhas de progresso sugeridas por Freud em 1918 e a ocupar o enquadre virtual nas adaptações exigidas pelo isolamento social.

Os psicanalistas, tradicionalmente formados em uma clínica presencial, foram subitamente exigidos a escolher entre se restringir estritamente ao isolamento físico e não clinicar, supervisionar ou transmitir a psicanálise fora do setting clássico e a possibilidade de migrar sua prática para uma clínica virtual. E entre os psicanalistas essa adesão à segunda opção foi maciça. Ainda que saibamos que a psicanálise é exercida não exclusivamente por profissionais do campo da Psicologia, vale mencionar que essa prática já havia sido regularizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2018 (CFP, 2018) e que em um mês o número de adesões dos profissionais à plataforma on-line, logo após o anúncio da pandemia da COVID-19 (2020), foi semelhante ao número de adesões entre os anos de 2018 e 2020 (CFP, 2020a).

Em pesquisa em andamento no doutorado em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *Clínica psicoterápica, tecnologias e território virtual*,

elaboramos um questionário endereçado a psicólogos clínicos e dentro dele “escutamos” alguns psicanalistas e o impacto dessa incursão em uma clínica on-line e, através desses resultados (Postigo & Andrade, 2022b), pudemos avaliar que a clínica psicanalítica virtual fez, de alguma maneira, jus às previsões de Freud sobre as linhas de progresso em psicanálise (1918-1919/1987) nas quais antevia um tempo em nos depararíamos com a “tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições” (Postigo & Andrade, 2022b) e, assim, os psicanalistas aderiram a uma clínica “em linha” de progresso e em linha telefônica/wireless.

Queremos resgatar a atmosfera pré-pandemia, um cenário em que a ubiquidade da tecnologia e da vida digital já estava em curso, mas, até então, a grande maioria dos psicanalistas resistia à modalidade remota, do atendimento clínico sendo realizado por telefone ou por vídeo chamada. Pontualmente, algumas análises se desenrolavam nesse cenário, geralmente em situações nas quais o par analítico já havia se estabelecido em um progresso processo analítico, consolidado no setting presencial, e nas circunstâncias excepcionais nas quais analisando ou analista precisavam se ausentar em algum contexto de mudança física ou outro motivo impeditivo. Autores diversos já haviam começado a se debruçar sobre o atendimento psicanalítico virtual, como Barbosa et al. (2013), Dunker (2017), Feijó et al. (2018), Fink (2017), Kowacs (2014) e Pires (2015), mencionando aqui brevemente alguns pesquisadores.

A clínica virtual se constituía, assim, até então, como uma exceção. Mas com a pandemia a exceção se tornou a regra para aqueles que insistiram no desejo de manter suas clínicas e a única possibilidade que se configurava era um setting clínico na modalidade remota. Observamos, preliminarmente, em nossa mencionada pesquisa, que cerca de 96,09% dos clínicos entrevistados aderiram ao modo em linha, on-line. Os psicanalistas já se encontravam imersos em uma vida e interação digitais não somente na vida pessoal como na clínica, pois “fato é que o telefone, a tela e a internet já vinham atravessando, como significativo” (Moraes, 2022, p. 1), o cotidiano de nosso contemporâneo. Mas clinicar exclusivamente na linha telefônica ou no wireless das videochamadas se configurou uma novidade e enigma sobre a possibilidade de sustentação de um setting on-line com as recomendações de um setting presencial.

Conforme Capoulade e Pereira (2020, p. 536):

Por um lado, uma aceleração da experiência tecnológica, provocando um debate urgente sobre questões acerca do setting analítico, mas muito mais que um debate, estimulando uma prática clínica em uma nova plataforma de modo massivo. Por outro lado, a necessidade de lidar com a fragilidade de nossas convenções.

Assim se, por um lado, a ampliação do setting analítico vem sendo incorporada há décadas — desde o alcance da psicanálise extramuros durante a Segunda Guerra Mundial

até os consultórios de rua (Danto, 2020) —, por outro lado, a questão da aceleração da experiência tecnológica, e tudo que isso envolve, demanda que possamos incorporar este progresso, preservando os princípios fundamentais da escuta flutuante, da livre associação, da transferência, da repetição, da pulsão e do inconsciente. E, conforme sustenta Figueiredo (2020), “Essa modalidade de ‘análise mais ou menos modificada’, a dos atendimentos remotos, como todas as outras, depende de uma aposta na potência da psicanálise” (p. 72).

Para o resultado desta aposta ser correspondente, novamente encontramos já em Freud, em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912/1987), a utilização da metáfora de telefone, metáfora muito oportuna para nossos tempos e nossos estudos, ao discorrer sobre a escuta flutuante do analista como contrapartida da regra fundamental da associação livre. Freud (1912/1987, p. 54) diz que o analista deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente:

Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor. Assim como o receptor transforma de novo em ondas sonoras as oscilações elétricas na linha telefônica, que foram criadas por ondas sonoras, da mesma maneira o inconsciente do médico é capaz, a partir dos derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir esse inconsciente, que determinou as associações livres do paciente.

11

Foi o desafio de tornar em realidade concreta esse metaforizado receptor telefônico a grande tarefa dos psicanalistas que migraram para o on-line, para “ajustar” a escuta analítica através da comunicação telefônica ou através da videochamada. Conforme afirmou Joel Birman (2021, p. 150), foi “importante descobrir que a prática psicanalítica virtual pode efetivamente existir, em certas condições sociais e psíquicas de exceção, como foi o caso paradigmático da atual pandemia”.

Em resposta a estas condições sociais e psíquicas de exceção, como comenta Birman, o movimento psicanalítico foi fértil e criativo na adesão ao debate e transmissão nas redes sociais digitais e, desde o ano de 2020, vários psicanalistas produziram, com celeridade e generosidade, farto material para transmissão e debate sobre o atendimento na modalidade virtual, colocando em cena a angústia dos psicanalistas e sua repercussão na clínica. Os psicanalistas, conforme afirma Almeida (2020, p. 68), “diante de uma nova linguagem e necessidade [tiveram que desafiar] aspectos autocentrados, tendências à uniformidade e manutenção de nossas rotinas e zonas de conforto”.

E esse progresso é irreversível, pois, passados esses poucos anos, observamos que acolhemos a herança da clínica virtual, visto que o setting ampliado virtual já foi absorvido na clínica psicanalítica. A tecnologia vem transformando a história da cultura e dos sujeitos nela inseridos, e a crise sanitária mundial da COVID-19 vem no lastro de uma revolução digital em curso, com o potencial inovador comparável à revolução tecnológica advinda da

invenção da eletricidade, em 1870 (Postigo, 2019). Conforme aponta o psicanalista Benilton Bezerra Jr. (2002, p. 496–497):

Tecnologias sempre estiveram na base de transformações profundas na condição humana . . . Mas nada na história se compara aos efeitos da revolução provocada pela articulação crescente entre internet, inteligência artificial e Big Data. Em 20 anos, a internet e os dispositivos digitais tornaram-se verdadeiras extensões de nossa vida mental, e uma prova simples desse fenômeno é a transformação radical da experiência e do exercício da memória humana.

É sobre essa transformação radical das experiências, ligadas à clínica psicanalítica e ao atendimento no setting virtual, que germina a ampliação da clínica psicanalítica e sua acessibilidade a territórios não somente no extramuros para além dos consultórios — nas instituições hospitalares, nos ambulatorios, nas prisões, nos consultórios de rua, na clínica peripatética (Lancetti, 2016) —, mas para além das paredes que circunscrevem settings: a expressão extramuros ou além muros amplia-se para os *não muros*, desconstruídos e diluídos nas interações do setting virtual.

A des-construção dos muros: pontuações sobre o acesso e democratização da psicanálise

12

Estamos, assim, explorando o advento do nascimento de uma clínica psicanalítica virtual favorecida pela necessidade de psicanalistas e de psicanalisandos sustentarem uma clínica a despeito das condições adversas enfrentadas com o isolamento físico da pandemia da COVID-19, embora tenhamos mencionado que a prática psicanalítica on-line já se apresentava como uma realidade discreta, relutante e incipiente pré-pandemia.

Defenderemos como esse processo correlaciona-se com a ampliação do acesso à clínica psicanalítica bem como com a democratização de suas práticas clínicas e de transmissão, aceleradas pelas urgências de uma crise sanitária gravíssima. A questão da internet, com sua ubiquidade e hiperconexão, trouxe a dissolução dos muros físicos que delineavam as interações sociais e que se tornaram decisivas em meio à crise político-sanitária que se instalou com a pandemia no Brasil.

Vale mencionar aqui a nota orientativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2020b), publicada em março de 2020, no item “4. Sobre a modalidade de Atendimento on-line (Resolução CFP nº 11/2018)”. Trazemos a nota por entender que esse é um dos órgãos reguladores que legislam as práticas da clínica no Brasil, visto que não temos órgãos que regulem o ofício da psicanálise. E os parâmetros de aferição do CRP são importantes para nos situarmos nesta questão que estamos explorando – da urgência e necessidade de uma resposta célere e ativa na escuta da saúde mental da sociedade e da instalação de um setting remoto que possibilitasse a manutenção da clínica psicanalítica em meio a uma crise

grave sanitária. E o território virtual se estabeleceu como um espaço no qual a assimilação da internet e das tecnologias de informação e comunicação (TICs) ensejadas pela revolução digital.

A pesquisadora Paula Sibilia (2012) explora o campo das redes sociais digitais e as conexões e interações que se desenrolam através dos aparatos tecnológicos e das TICs, analisando a transformação de uma sociedade panóptica e seus dispositivos disciplinares. Lembremos, brevemente, que estes dispositivos objetivavam o controle pela autoridade e poder, conforme explorava Michel Foucault (1977) na sociedade disciplinar e seu modelo de prisão e como esse modelo foucaultiano veio sendo substituído pelas sociedades de controle, debatidas por Gilles Deleuze (1992) com seu modelo de controle mútuo e voluntário.

Em seus estudos, Sibilia (2012) acompanha como uma série de mecanismos de controle, como paredes, portas, fechaduras, cortinas e outros recursos, que privilegiavam a opacidade e o confinamento, foram se transformando em obsoletos com os avanços da lógica das redes que tensionam e complexificam a antiga dinâmica das paredes. Sibilia (2020) menciona uma espécie de “infiltração” das redes nesses muros, nessas paredes que atravessam corporalidades e subjetividades.

Sibilia (2015) analisa como a instituição escolar, e seu modelo disciplinar, a partir da questão da internet e da tecnologia, com seu alcance e disseminação e com sua lógica de ubiquidade, vem reconfigurando o espaço escolar e explorando como as redes subvertem e corroem esses muros. A autora sustenta que os muros opacos e sólidos se transformaram em muros translúcidos que “agora são infiltrados por olhares tecnicamente mediados (ou mediados) que flexibilizam e alargam os limites” (Sibilia, 2008, p. 74), fomentando a “des-construção de muros” (Sibilia, 2008, p. 82) e dos divisores que separam o público e o privado nas redes sociais digitais. Interessa-nos essa leitura de Sibilia, pois entendemos que esse fenômeno da des-construção de muros na cultura como um todo também atravessou o campo psicanalítico e trouxe a psicanálise para a esfera pública, suscitando a acessibilidade e democratização de suas práticas inéditas.

Estamos utilizando o termo democratização em seu sentido mais amplo, como a possibilidade de tornar a psicanálise acessível e ao alcance de mais pessoas ou classes, mas estamos cientes que o acesso a redes sociais digitais é atravessado pelas condições socioeconômicas de cada população. No caso do Brasil, estamos em 70.^o lugar no ranking mundial de conectividade, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que pesquisou 169 países (DPL News, 2023). Embora pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023 apontem que 92,5% dos domicílios – 72,5 milhões – possuem Internet (Nery, 2024), a estimativa do Comitê Gestor da Internet do Brasil é que a marca da população conectada está em 84% e, desse percentual, apenas 43 % tem acesso pleno à internet (Saraiva, 2024). Mas entendemos que, dada a nossa realidade social, os números nacionais são significativos em termos de avanço no campo digital.

O território digital: catástrofe e as alternativas para a reconstrução do setting psicanalítico

A des-construção dos muros ante à crise sanitária mundial da COVID-19 permitiu uma acessibilidade, até então incomum, ao campo clínico, favorecendo o processo de alcance ao acesso e à democratização da psicanálise, conforme debate o psicanalista e pesquisador Pedro Cattapan (2022), problematizando como essas questões se impuseram no campo de formação dos psicanalistas. O autor destaca que isso ocorreu, principalmente, através de dois vieses que exigiram um posicionamento dos psicanalistas, a saber:

1) aquele campo de tensões se reproduziu no que diz respeito à gestão do tratamento e do cuidado com o maior número de pessoas (por conta da doença, de seus efeitos físicos, psíquicos, econômicos e sociais) enquanto as forças reativas e excludentes (sejam elas os neofascistas, os fundamentalistas religiosos, os simpatizantes com o autoritarismo nacionalista-xenóforo, os elitistas ou um pouco de cada) intentaram proteger seus interesses próprios diante da catástrofe que se anunciava. E os psicanalistas precisaram, na medida em que estão ocupados com o tratamento dos sofrimentos de seus pacientes, se posicionar diante deste cabo-de-guerra que parece ter ocasionado um incremento de angústia numa parcela relevante dos pacientes. 2) os atendimentos tiveram de ser reinventados por conta do distanciamento social proposto para nos proteger do contágio e contaminação de covid-19. Emergiram como modalidades de atendimento mais comuns o uso do telefone e da internet, o que permitiu não só a continuidade da maior parte das análises já em curso, como também abriu a possibilidade de oferta de análise a um grupo que ainda não a havia experimentado; nesse contexto, o atendimento on-line ganhou um lugar importante e talvez não antevisto com clareza, nas lutas por democratização — a psicanálise se tornou mais acessível para muita gente. (Cattapan, 2022, p. 60)

14

É importante destacar que a questão da democratização do acesso ao atendimento psicanalítico, via modalidade remota, favoreceu não somente o psicanalisando, mas também a formação e profissionalização do ofício do psicanalista, conforme aponta Cattapan (2022), tanto em relação ao acesso a uma formação on-line quanto no que concerne à economia com gastos no investimento de um consultório físico e suas despesas.

Outros psicanalistas se alinham com essa visada de como a modalidade on-line favoreceu a acessibilidade à clínica psicanalítica e como beneficiou tanto psicanalisando quanto o psicanalista, conforme atenta Fabio Belo (2020), ponderando que nessa discussão estamos “abordando não só a condição econômica dos pacientes que não tem chance de transporte público ou mobilidade, mas também as condições dos analistas” (p. 50).

A democratização do acesso atravessa analistas e analisandos e, conforme Lia Pitliuk (2022, p. 23), “sugere-se uma nova democracia através da ágora virtual”, ainda que a autora

ressalte que no Brasil falamos de país atravessado por desigualdades em todos os contextos, inclusive nas estruturas tecnológicas, aspecto relevante que sempre temos que pontuar.

Recentemente, Joel Birman (2024, p. 49) realizou uma precisa análise sócio-político-econômica sobre as transformações socioeconômicas do movimento psicanalítico no Brasil, descrevendo como inicialmente a psicanálise

. . . era uma prática clínica voltada para as elites (análise individual) e para as classes médias (análise de grupo), se inscrevendo no modelo clássico da prática clínica liberal. Nesse contexto, as classes populares estavam efetivamente afastadas e ausentes no campo psicanalítico no Brasil.

O psicanalista aponta que a psicanálise, nesse interim, deixou de ser uma prática clínica liberal e passou a ser “mais próximo a um modelo de ambulatório público do que um consultório privado” (Birman, 2024, pp. 50–51), complementando como a inflação de profissionais implicou na diminuição dos rendimentos dos psicanalistas, bem como existiu o advento do credenciamento em planos de saúde, fenômenos esses que podem nos levar a concluir que:

. . . a psicanálise como prática clínica se inscreveu de forma decisiva num processo de proletarização, como já tinha ocorrido com a prática médica. Os psicanalistas mudaram radicalmente a própria condição social, passando a se preocupar com a política pois o imperativo da sobrevivência econômica se colocou então em cena de modo incontornável” (Birman, 2024, p. 51).

15

Acrescentaríamos aqui que um amplo movimento expansionista vem ocorrendo com a psicanálise, alcançando espaços que a acessibilidade conectada permitiu e construindo uma sólida e consistente clínica e transmissão on-line que contempla, cada vez mais, camadas da população brasileira menos favorecidas tanto financeira quanto socioculturalmente. Isso vai configurando uma expansão e alcance da clínica psicanalítica em espaços sociogeográficos até então bastante desassistidos.

Ainda que tenhamos várias questões a serem debatidas, como a menção de Birman a uma inflação de profissionais e à problematização da inserção dos psicanalistas nos planos de saúde, sobre uma “uberização” da clínica, entre outras, por ora apenas pontuamos essas questões que não cabem em nosso escopo de discussão.

Mencionamos o V Congresso de Psicanálise em Budapeste (1918), evento no qual Freud proferiu a conferência sobre as linhas de progresso e como temos ali na fala freudiana sua visão sobre a clínica ampliada e os desafios da clínica em cada tempo histórico. Esse é o texto no qual Freud insiste na importância do alcance da psicanálise a toda a população — e vale lembrar que é no contexto do fim da Primeira Guerra Mundial no qual Freud profere

essa fala, atravessado pela significativa presença dos psicanalistas no front de guerra e pelo seu firme propósito de “demonstrar a eficácia e a utilidade pública da psicanálise” (Carvalho, 2023, p. 13).

Debatemos em item anterior como o braço conservador da IPA engessou o movimento psicanalítico, mas temos nas últimas décadas a própria IPA atenta e diligente em expandir e inserir a psicanálise na cultura, investindo em novos territórios, conforme a iniciativa em 2002, do então presidente Otto Kernberg e sua proposta de um “*outreach program*”. Kernberg propôs na ocasião que “as instituições psicanalíticas respondessem aos desafios da sociedade contemporânea, incluindo a necessidade de alterações em várias práticas oferecidas para além do trabalho no setting estrito do psicanalista com seu paciente” (SBPRP, 2018, p. 6).

Neste extramuros e na recente desconstrução dos muros, observamos a psicanálise em um franco movimento de expansão, acessibilidade e democratização de seu ensino e de sua clínica. Pois, conforme Almeida (2023) discute, em publicação sobre a democratização da psicanálise, ela se inova no cenário de crise social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

16

Intentamos ao longo desta comunicação traçar um panorama do nascimento de um setting psicanalítico virtual, apontando como na cibercultura a clínica psicanalítica vinha reticente e vagarosamente ocupando um espaço virtual na sociedade do compartilhamento e da hiperconexão. Apresentamos como no início da pandemia da covid-19, em 2020, a exigência de isolamento social determinou que os psicanalistas fizessem a escolha de sustentar a clínica e a transmissão da psicanálise on-line e como a maioria dos psicanalistas sustentou esse desejo migrando para o atendimento clínico remoto.

Buscamos na recomendação de Freud sobre as linhas de progresso em psicanálise em sua conferência no V Congresso de Psicanálise do pós Primeira Guerra Mundial — que posteriormente tornou-se um texto publicado (Freud, 1918) — a inspiração para pensarmos as expansões e progressos da clínica psicanalítica em críticos momentos históricos. A história da psicanálise mostra como momentos críticos como guerras e pandemias demandam inovações e revisões da técnica.

Recordamos as origens do movimento freudiano e da formação da IPA no reafirmar dos princípios fundamentais com a sustentação ética e rigorosa que exige o ofício, mas problematizamos que a psicanálise não pode estar desconectada de seu contexto sócio-histórico e nem das questões de seu tempo, com o risco de se alienar e afetar a capacidade de escuta do sujeito e sua inserção na sociedade que o atravessa e o constitui.

Relembramos o aspecto inclusivo e alteritário dos grupos iniciais de psicanalistas que Freud constituiu, bem como as características “estrangeiras” desses grupos, e que afirmava

necessárias à psicanálise, como, por exemplo, a escolha de Jung para a primeira presidência da IPA, nessa ocasião, e a diversidade de formação dos grupos de encontro.

Acolher o estrangeiro, acolher o estranho é constitutivo no movimento psicanalítico e, hoje, o desafio dos psicanalistas é acolher a estraneidade do setting virtual, com sua potência de transformação e progresso.

Também percorremos, de forma breve, o panorama da psicanálise do Brasil, desde sua formação de/para uma elite até os processos de revisão e democratização do movimento psicanalítico, motivados pelas transformações político-econômicas nacionais. Mencionamos, inclusive, como afirma o psicanalista Joel Birman, que a psicanálise vive um processo de proletarianização, trazendo os ambulatorios públicos e a inserção da psicoterapia em planos de saúde como parte desse movimento. Acompanhamos as discussões de autores diversos que defendem a sustentação da psicanálise, seus fundamentos e sua ética no setting virtual, modalidade esta que permitiu a expansão e alcance da psicanálise a populações até então menos favorecidas a este acesso.

Vale ressaltar que o par analítico, psicanalista e psicanalizando, foi favorecido por esta popularização permitida pelo setting remoto, visto que os investimentos financeiros de ambas as partes puderam ter seus custos barateados. Esse alcance a camadas sociogeográficas diversas é parte importante do processo de acessibilidade e democratização da psicanálise, expandindo a difusão da psicanálise de um extramuros para um “não muros”.

17

Mas, os dados que trouxemos indicam isto: se a clínica psicanalítica, nas últimas décadas, já se expandira para o extramuros, ocupando espaços diversos, nossas leituras sugeriram que, para além dos muros, se configura um desmoronamento de muros, um não-muro instituído pela interação on-line e com a ubiquidade das relações estabelecidas na lógica de funcionamento da internet.

Também ressaltamos que não estamos superestimando essa difusão, visto que alertamos como no Brasil a questão da imensa desigualdade social exige cuidado na idealização de uma inclusão digital mais equânime, visto que a precariedade social também inclui o acesso à tecnologia e à conexão digital.

Sem dúvida que ainda estamos vivendo um processo do qual ainda necessitamos de um distanciamento crítico para avaliarmos as consequências desses movimentos que atravessam não somente a clínica psicanalítica, mas a nossa cultura como um todo. São muitas as questões para se explorar ainda no campo, assim como a clínica on-line exige prudência e cautela, pois existem limitações — podemos listar, brevemente, como atendimento remoto encontra empecilhos no atendimento a crianças (que demandam recursos técnicos como o brincar e o desenhar), bem como quadros clínicos de psicose ou autismo, assim como casos de depressão grave ou traumas e fobias ligadas ao virtual, entre outros.

A questão da clínica traz, ainda, uma série de elementos ligados ao enquadre no setting virtual que demandam estudos, como a questão de como se maneja a transferência e a contratransferência atravessadas pela tecnologia – um terceiro na relação –, como se opera a resistência, assim como a regra fundamental da associação livre ou como se apresentam agora no cenário tecnológico.

No quesito conexão digital, a internet brasileira também é deficiente em termos de eficácia, pois a instabilidade e os limites da banda larga tornam, eventualmente, uma sessão psicanalítica algo bastante inconstante. Ainda acrescentamos a questão do acesso a plataformas e questões éticas de segurança e sigilo que ainda são importantes nesse debate.

Mas defendemos que o potencial progressivo da clínica psicanalítica remota refresca o enrijecido campo psicanalítico e convoca a psicanálise a se conectar à cultura digital, à cibercultura e a seguir a provocação de Jacques Lacan (1998) que o analista tem que estar à escuta de seu tempo³. E cientes, conforme Benilton Bezerra Júnior apontou, que as inovações tecnológicas sempre estiveram na base das profundas transformações de nossa sociedade. Ainda precisamos explorar e pesquisar os efeitos dessa ampliação radical, e em certo sentido revolucionária, do setting psicanalítico remoto e dos atravessamentos e reverberações dessas mudanças no par analítico. Os psicanalistas estão “on”. On-line, em linha, ampliada e “de progresso”.

18

REFERÊNCIAS

Almeida, A. P. (2023). A formação psicanalítica e sua respectiva democratização. In P. A. Almeida, *Muito além da formação: diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 27–54). Blucher.

Almeida, M. M. (2020). Pandemia e trabalho psicanalítico, do presencial ao remoto: contato com a vida dos estados primitivos da mente em contexto de viralização de angústias. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(3), 65–80.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2020000300007&lng=pt&tlng=pt

Barbosa, A. M. F. C., Furtado, A. M., Franco, A. L. M., Berino, C. G. S., Pereira, C. R., Arreguy, M. E. & Barros, M. J. (2013). As novas tecnologias de comunicação: questões para a clínica psicanalítica. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 35(29), 59–75.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000200004&lng=pt&tlng=pt.

³ “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, 1998, p. 32).

Belo, F. (2020). *Clínica psicanalítica on-line: breves apontamentos sobre atendimento virtual*. Zagodoni.

Bezerra Júnior, B. (2002). O ocaso da noção de interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In C. A. Plastino (,rg). *Transgressões* (pp. 229–239). Contracapa/Rios Ambiciosos.

Birman, J. (2021). *O trauma da pandemia do corona vírus: suas dimensões políticas, sociais, econômica, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Civilização Brasileira.

Birman, J. (2024). *Guerra e política em psicanálise*. Civilização Brasileira.

Brunner, J. (2023). Posfácio à edição brasileira. In S. Freud, S. Ferenczi, K. Abraham, E. Simmel & E. Jones, *Psicanálise das neuroses de guerra* (pp. 171–194). Quina.

Capoulade, F., & Pereira, M. E. C. (2020, jul.–set.). Desafios colocados para a clínica psicanalítica (e seu futuro) no contexto da pandemia de COVID-19. Reflexões a partir de uma experiência clínica. *Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.* [on-line], 23(3), 534–548. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p534.6>.

Carvalho, B. (2023). Apresentação à edição brasileira. In S. Freud, S. Ferenczi, K. Abraham, E. Simmel & E. Jones, *Psicanálise das neuroses de guerra* (pp. 11–28). Quina.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Cattapan, P. (2022). atendimentos on line e a democratização da psicanálise. In V. Postigo (Org), *A clínica psicanalítica e o setting virtual: contribuições a teoria e a técnica* (pp. 59–76). Mourthé.

Conselho Federal de Psicologia (2018, 23 de maio). *Resolução CFP nº 011/2012*: Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP N.º 12/2005. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2020a, 16 de abril). *CFP simplifica cadastro de profissionais na plataforma e-Psi*. CFP. <https://site.cfp.org.br/cfp-simplifica-cadastro-de-profissionais-na-plataforma-e-psi/>

Postigo, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024) Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19.

Conselho Federal de Psicologia. (2020b, 21 de março). *Nota orientativa às(aos) Psicólogas(os): Trabalho Voluntário e Publicidade em Psicologia, diante do Coronavírus (COVID-19)*. CFP. <https://site.cfp.org.br/nota-orientativa-asaos-psicologasos-trabalho-voluntario-e-publicidade-em-psicologia-diante-do-coronavirus-covid-19/>

Danto, E. A. (2020). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. Perspectiva.

Delarbre, R.T. (2009). Internet como expressão e extensão do espaço público. *Matrizes*, 2(2), 71–92. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p71-92>

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. 34.

DPL News. (2023). Brasil é 70.^o em novo ranking mundial de conectividade da UIT. *DPL News*. <https://dplnews.com/brasil-brasil-e-70o-em-novo-ranking-mundial-de-conectividade-da-uit/>

Dunker, C. (2017, 4 de dezembro). *Falando nisso 141: é possível o atendimento on-line?* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=EvI5jC9WMnw>

Feijó, L. P., Silva, N. B., & Benedetti, S. P. C. (2018, setembro). Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação na Técnica Psicoterápica Psicanalítica. *Trends Psychol.*, 26(3), 1633–1647. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-18En>

Figueiredo, L. C. (2020, jan.–jun.). A virtualidade do dispositivo de trabalho psicanalítico e o atendimento remoto: uma reflexão em três partes. *Cad. Psicanál.* (CPRJ), 42(42), 61–80. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Fink, B. (2017). Análise por telefone (variações na situação psicanalítica). In B. Fink, *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes* (pp. 317–346). Blucher.

Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Vozes.

Freud, S. (1987). Análise de uma fobia em uma criança de cinco anos. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, (Vol. 10, pp. 11–154). Imago. (Trabalho original publicado em 1909)

Postigo, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024) Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19.

Freud, S. (1987). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 145–149). Imago. (Trabalho original publicado em 1912)

Freud, S. (1987). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 197–220). Imago. (Trabalho original publicado em 1918-1919)

Freud, S. (1987). Um estudo autobiográfico. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 11–92). Imago. (Trabalho original publicado em 1924-1925)

Füchtner, H. (2011, outubro). Uma carreira de psicanalista atípica e contrária às normas: o caso Kattrin Kemper. (J. C. de Souza, trad.). *Psychanalyse.lu*, 1–33. <http://www.psychanalyse.lu/articles/FuchtnerKattrinKemper.pdf>

Gibson, W. (2008). *Neuromancer*. Aleph.

Kowacs, C. (2014). Prática psicanalítica, tecnologia e hipermodernidade. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 21(3), 629. <http://revista.sppa.org.br/index.php/RPdaSPPA/article/view/135/230>

Kuperman, D. (2002). Transferências cruzadas, transferências nômades: sobre a transmissão da psicanálise e das instituições psicanalíticas. *Le Coquéron*, 2(169), 75–84. <https://www.cairn.info/revue-le-coq-heron-2002-2-page-75.htm>

Lacan, J. (1998). *Escritos*. Jorge Zahar.

Lancetti, A. (2016). *Clínica peripatética*. Hucitec.

Lemos, A. (2005, 5 a 9 de setembro). Cibercultura e mobilidade, a era da conexão. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/140429770509861442583267950533057946044.pdf>

Lemos, A. (2010). Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2(2), 155–166. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/5344>

Postigo, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024) Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. (C. I. da Costa, Trad.). 34.

Lopez, D. C., & Quadros, M. R. (2015). Esfera Pública em rede: Considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas. *Revista Alceu*, 15(30), 92–103.
<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/8083>

Mallmann, C. J. (2014). História e genealogia do CPRS e do CBP. *Estudos de Psicanálise*, (41), 75–86.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372014000100008&lng=pt&tlng=pt

Marino, A. S. (2020). A psicanálise nas políticas sociais públicas. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 23(2), 2–11. <https://doi.org/10.1590/1809-44142020002002>

Moraes, M. A. R. (2022, abril). O objeto analista na pandemia e na tela. *Correio APPOA*, 9(3).
https://apboa.org.br/correio/edicao/319/o_objeto_analista_na_pandemia_e_na_tela/1088

Nery, C. (2024). Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios em 2023. *Agência IBGE Notícias*.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>

22

Nunes, M. (2020). A Policlínica de Berlim: utopia freudiana? *Trivium — Estudos Interdisciplinares*, 12(spe), 50–56.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912020000200007&lng=pt&tlng=pt

Oliveira, C. L. M. V. (2017, novembro). Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 24(Suppl 1), 79–90. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000400006>

Pires, A. C. J. (2015). Sobre os “tratamentos à distância” em psicoterapia de orientação analítica. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 17(2), 11–21.
http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=174

Pitliuk, L. (2022). *A sustentação de uma clínica psicanalítica em-linha (online)*. Escuta.

Postigo, V. M. C. (2019). Intimidade, extimidade e psicologia nas novas configurações da subjetividade contemporânea — reflexões sobre a noção de privacidade na era digital. In M.

Postigo, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024) Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19.

L. Cunha (Org.), *Encontro de palavras em meio ao paradigma de rupturas no Brasil contemporâneo* (pp. 177-192). Lumen Juros.

Postigo, V. (2022a). Psicanalista apolítico, psicanalismo alienante, poder: algumas reflexões sobre a psicanálise e o *politikos*. In E. Azevedo (Org.), *Anais do XI Fórum Mineiro de Psicanálise: o sujeito na massa de eus*, Pouso Alegre. (no prelo)

Postigo, V., & Andrade, R. (2022b). A pandemia do Covid 19 e o atendimento psicanalítico remoto: considerações preliminares. In V. Postigo (Org.), *A clínica psicanalítica e o setting virtual: contribuições a teoria e a técnica* (pp. 21–57). Mourthé.

Postigo, V., & Andrade, R. (2024). Territórios digitais e o “nascimento da clínica” psicoterápica virtual. In R. Andrade, C. Macêdo, R. Castro (Orgs.), *Territórios Psicossociais* (pp. 265–281). Eduerj/Faperj.

Saraiva, L. (2024). 57% dos usuários do Brasil não têm acesso pleno à Internet. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/brasil/57-dos-usuarios-do-brasil-nao-tem-acesso-pleno-a-internet/>

Sevcenko, N. (2024). *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. Companhia das Letras.

Sibilia, P. (2008). *O show do eu*. Nova Fronteira.

Sibilia, P. (2012). *Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão*. Contraponto.

Sibilia, P. (2015). O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. *Revista Eco-Pós*, 18(1), 133–147. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i1.2025>

Sibilia, P. (2020). Do confinamento à conexão: as redes infiltram e subvertem os muros escolares. In M. V. S. Sales (Org.), *Tecnologias Digitais, Redes e Educação: perspectivas contemporâneas* (pp. 29–40). EDUFBA.

TEDx Talks. (2015, 31 de dezembro). *Vida.com, Vanuza Postigo, TedxGoiânia*. [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=CGdEmm_vBWY

Vianna, H. B. (1994). *Não conte a ninguém... Contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Imago.

Postigo, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024) Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19.

William Gibson (2024). In *Infopédia*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/\\$william-gibson](https://www.infopedia.pt/$william-gibson)

Recebido em: 10/06/2024

Reapresentado em: 13/11/2024

Aprovado em: 28/11/2024

SOBRE AS AUTORAS

Vanuza Monteiro Campos Postigo é Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ (2006), doutoranda do PPGPS da UERJ, pesquisadora do ÂNCORA – Grupo de pesquisas territórios Socioculturais, (CNPq–UERJ); participante do grupo de trabalho da ANPEPP Saúde Comunitária: bem estar, políticas públicas e intervenção.

Regina Glória Nunes Andrade é Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), Professora Titular do Instituto de Psicologia – PPGPS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Líder do ÂNCORA, (CNPq–UERJ); participante do grupo de trabalho da ANPEPP Saúde Comunitária: bem-estar, políticas públicas e intervenção.